

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2022
- EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL –

MUNICÍPIO DE VILA FLORES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, RELATIVO AO PROGRAMA PAVIMENTA.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA FLORES, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14 horas, do dia 21 do mês de julho do ano de 2022, na Prefeitura Municipal, situada na Rua Fabiano Ferretto, nº 200, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 680/2022, com a finalidade de receber os envelopes de habilitação e propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, RELATIVO AO PROGRAMA PAVIMENTA.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Vila Flores, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro, conforme o item 2 deste edital, até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e de proposta.

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa para Execução da Obra de Pavimentação de Vias Urbanas – Loteamento Industrial (materiais e mão de obra), no Município de Vila Flores/RS, **conforme especificações constantes no Edital, projetos técnicos, memorial descritivo, planilha quantitativa e orçamentária, cronograma físico financeiro e quadro de composição do BDI, conforme abaixo descrito:**

Item	Descrição	Valor Total:
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, RELATIVO AO PROGRAMA PAVIMENTA, conforme especificações do projeto técnico (anexo I-A a I-D), Memorial descritivo Drenagem e Memorial Descritivo Pavimentação (anexo II), Planilha quantitativa e orçamentária (anexo III), cronograma físico	R\$ 1.318.558,45

	financeiro (anexo IV), quadro de composição BDI e encargos sociais (anexo V).	
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), COMPLEMENTO DA RUA “A”, conforme especificações do projeto técnico (anexo I-A), Memorial descritivo (anexo II), Planilha quantitativa e orçamentária (anexo III), cronograma físico financeiro (anexo IV), quadro de composição BDI e encargos sociais (anexo V).	R\$ 244.103,34
		Valor total: R\$ 1.562.661,79

2. CADASTRO

2.1 Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia 18 de julho de 2022, durante horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, os seguintes documentos:

2.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA E DO TRABALHO DO MENOR:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

2.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) certidão de registro da empresa no órgão competente;
- b) certidão de registro do responsável técnico da licitante no órgão competente.

2.1.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do número do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a1) para a comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: 1}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ANC}}{\text{PC} + \text{PNC}} = \text{índice mínimo: 1}$$

$$\text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: } \frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{PL}} \times 100 = \text{índice máximo: 0,90}$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{AT}} = \text{índice máximo: 0,90}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ANC = Ativo Não Circulante; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido.

a2) LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: o mínimo exigível será de 15% (quinze por cento) do valor estimado da obra.

a3) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: o mínimo exigível será de 10% (dez por cento) do valor estimado da obra.

a4) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

a5) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

a6) empresa constituída a menos de 01 (um) ano deverá apresentar balanço de abertura.

b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

2.2 Os documentos constantes dos itens 2.1.2 a 2.1.6 poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada, por tabelião ou por funcionário do Município, ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos emitidos em meio eletrônico, com o uso de certificação digital, serão tidos como originais, estando sua validade condicionada à verificação de autenticidade pela Administração.

3. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

3.1 Os documentos relativos à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE VILA FLORES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 021/2022
ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO)
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**AO MUNICÍPIO DE VILA FLORES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 021/2022
ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

3.2 Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao processamento e julgamento regular da presente licitação, pertinentes as fases de habilitação e de proposta, observando, respectivamente, as determinações constantes nos itens 4 e 5 do presente edital.

3.3 Credenciamento dos representantes das empresas, observada a apresentação do modelo constante do Anexo XV, por procuração, ou por cópia do contrato social, em sendo sócio, e assinatura dos envelopes de documentação e proposta.

3.4 Se o proponente for representado por procurador, deverá acompanhar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, ou Termo de Credenciamento (modelo anexo XV), outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) do licitante outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Assinada pelo representante legal da empresa cuja comprovação far-se-á por meio da apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social, ou Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante, poderes legais

3.4.1 O Credenciamento, juntamente com os documentos da sua comprovação, autenticados, não será devolvido e deverá ser apresentado no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

a) Certificado de Registro Cadastral – CRC válido fornecido pelo Município;

b) atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no conselho competente, juntamente com a Certidão de Acervo Técnico (CAT), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com ora licitado;

c) Declaração da empresa que possui conhecimento de todas as informações do Edital e anexos e condições do local para cumprimento das obrigações objeto da licitação, havendo interesse de visita, a mesma poderá ser agendada até dia anterior a data limite para cadastro, junto ao setor de engenharia, pelo fone (54) 3447-1313/1300. (conforme modelo do Anexo XI).

d) Declaração de que o proponente disponibiliza máquinas e equipamentos, assim como de pessoal técnico apto à execução da obra ou serviço de engenharia. (conforme modelo do Anexo XII).

e) Declaração do Quadro Societário (conforme modelo do Anexo X).

f) Declaração de comprovação da boa situação financeira da empresa, conforme item 2.1.6 (a.1).

g) Declaração de Enquadramento - Declaração formal atualizada, firmada por representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI conforme preceitua a Lei complementar nº 123/2006, aos itens que couber, conforme modelo do ANEXO III, sob pena de, caso ocorra omissão de tais documentos, caracterizar-se esta situação como renúncia aos benefícios antes referidos.

h) Facultativamente, declaração de desistência de prazo recursal, se considerada habilitada, em caso de não se encontrar presente por ocasião da abertura dos envelopes. (Anexo IX);

4.2 Se o Certificado de Registro Cadastral - CRC do licitante, dentro do prazo de validade, possuir alguma das certidões previstas nos itens 2.1.3 e 2.1.4 vencida, o licitante deverá providenciar a sua atualização prévia ou poderá apresentar, juntamente com o CRC, a correspondente certidão atualizada.

4.3 Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

4.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.5 As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.6 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos nos itens 2.1.3 e 2.1.4, *a*, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

4.7 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, no envelope nº 01, ainda que apresentem alguma restrição.

4.8 O prazo de que trata o item 4.6 poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.9 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.5, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5. PROPOSTA

5.1 O envelope nº 02 deverá conter:

a) proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução da obra objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão de obra, inclusive o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento etc.), para os itens 01 e 02 separadamente;

b) planilha de quantitativos e custos unitários, devidamente assinada, para os itens 01 e 02 separadamente;

c) juntamente com a Proposta deverá ser apresentado o Cronograma Físico Financeiro e a Planilha de Detalhamento do BDI, devidamente assinada, para os itens 01 e 02 separadamente;

d) Na proposta financeira, nos moldes do Anexo XVI, deverá estar informado o valor total da obra, e o valor total de materiais e mão de obra, separadamente, assinada pelo representante legal da empresa.

5.2 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para a entrega dos envelopes.

5.3 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor acima de:

a) R\$ 1.318.558,45 (hum milhão trezentos e dezoito mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) para o item 01;

b) R\$ 244.103,34 (duzentos e quarenta e quatro mil cento e três reais e trinta e quatro centavos) para o item 02;

5.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.5 A apresentação de proposta implica no reconhecimento de que o proponente examinou criteriosamente o presente edital e seus anexos, tendo julgado que os mesmos eram suficientes para a elaboração da mesma.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

6.1 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global, superestimados ou inexequíveis.

7. DO JULGAMENTO

7.1 Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o *menor preço global*.

8. CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.1 Como critério de desempate, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens 4.4 e 4.5, deste edital.

8.2 Entendem-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.3 A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

8.4 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, nova proposta, por escrito e de acordo com o item 5 desse edital, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será

facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem nas hipóteses dos itens 4.4 e 4.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea anterior.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas *a* e *b*.

8.5 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 8.4 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.6 O disposto nos itens 8.4 e 8.5 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências dos itens 4.4 e 4.5 deste edital) aplicando-se de imediato o item 8.7, se for o caso.

8.7 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o disposto no §2º do art. 3º e §2º do art. 45, nesta ordem, ambos da Lei nº 8.666/1993.

9. RECURSOS

9.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

9.2 O prazo para interposição de recurso relativo às decisões da Comissão de Licitação, ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

9.3 Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto no item 9.2, em via física, diretamente no Setor de Licitações, durante o horário de expediente, das 07h30min às 11h30min na parte da manhã e das 13h às 17h na parte da tarde.

9.4 Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e na forma prevista no item 9.3.

9.5 Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo previsto ou enviados via e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto no item 9.3.

9.6 Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

9.7 A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 05 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitação, é irrecorrível.

9.8 Os prazos previstos nos itens 9.6 e 9.7 poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências.

10. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 13.5 deste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa.

10.4 O prazo para execução do objeto item 01 será de até 120 (cento e vinte) dias, e para o item 02 de até 60 (sessenta) dias, ambos, a contar da Ordem de Início de Serviço.

10.5 É condição para assinatura do contrato que a licitante vencedora do certame não tenha débitos com o Município.

11. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

11.1 A vencedora será responsável pela matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como pela devida anotação da responsabilidade técnica – ART de execução junto ao respectivo conselho profissional.

11.2 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à obra, bem como as normas de segurança do trabalho.

11.3 A vencedora deverá executar a obra observando fielmente os projetos básicos, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, conforme Anexos deste Edital, e os termos da sua proposta.

11.4 A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.

12. DOS CONTRATANTES

12.1. São obrigações do CONTRATANTE:

12.1.1. fiscalizar e acompanhar a obra do objeto licitado;

a) A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

b) Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços.

c) Quando da entrega da obra, o Município emitirá Termo de Recebimento Provisório, dispondo do prazo de até 60 (sessenta) dias para verificação da conformidade desta com as disposições constantes deste edital.

d) Após a verificação e consequente aprovação, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

12.2. São obrigações da CONTRATADA:

12.2.1. O serviço e/ou obra deverá ter seu início contado a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO emitida pelo Município.

12.2.2. A contratada, quando receber a ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO emitida pelo Município deverá:

a) Apresentar a ART de execução da obra.

b) Os custos oriundos do início da obra pela empresa contratada, sem apresentação da ART de execução, serão de responsabilidade da mesma.

12.2.3. A fiscalização por parte da Contratante no local da obra não diminuirá a responsabilidade da empresa contratada em qualquer ocorrência, atos, erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionadas.

12.2.4. Obedecer a todos os detalhes construtivos constantes do Memorial Descritivo, Projeto e demais anexos ao processo licitatório.

12.2.5. Possuir o equipamento, o material e o ferramental necessário à execução da obra.

12.2.6. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

12.2.7. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

12.2.8. Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

12.2.9. Responsabilizar-se por qualquer dano que possa ocorrer durante a execução da obra, bem como dos custos de reparação.

12.2.10. Efetuar, antes da entrega da obra, o recolhimento da sobra de material e limpeza do local.

12.2.11. Entregar o objeto em perfeito estado de funcionamento.

12.2.12. Responder, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme o disposto na Lei Nº 10.406, de 10/01/2002, Art. 618, do CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO e/ou conforme previsão legal.

12.2.13. Prestar manutenção do objeto, durante o período de garantia.

12.2.14. Arcar com todas e quaisquer despesas de transporte até o canteiro de obras.

12.2.15. A obra deverá ser executada conforme o projeto, caso contrário, não será fornecido laudo pelo Setor de Engenharia/ Assessoria Técnica do Município e conseqüentemente, não será efetuado o pagamento da mesma.

12.2.16. Manter atualizados, durante o período de vigência do contrato, telefone, fax, e-mail e endereço, devendo ser comunicado a Secretaria Municipal de Administração- Setor de Licitações, qualquer mudança que, porventura, venha a ocorrer.

13. PENALIDADES

- 13.1** Multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início da obra ou na execução de etapa, limitada a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- 13.3** Multa de 8 % (oito por cento) no caso de constatado defeito, resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo do dever de reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, tal defeito;
- 13.4** Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
- 13.5** Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
- 13.6** Identificados documentos ou informações falsas na instrução do procedimento licitatório será aplicada pena de declaração de inidoneidade pelo prazo de 02 (dois) anos.
- 13.7** As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1** O pagamento será efetuado à empresa vencedora/contratada após a(s) vistoria(s) do Responsável Técnico do Município, que emitirá LAUDO constando a entrega e a execução do objeto, e mediante a emissão de NOTA FISCAL do material e/ou do serviço executado, em etapas conforme previsto no Cronograma de Execução Físico-Financeiro e repasse de valores oriundos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- 14.2** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.
- 14.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável conforme Decreto Municipal nº 6005/2022, IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Anexo I – Tabela de atividades e alíquotas e Anexo II – Hipóteses de isenção.
- 14.4** Quando da apresentação da nota fiscal deverá ser destacada a retenção do Imposto de Renda, nas alíquotas definidas por tipo de atividade, conforme tabela anexa à Instrução Normativa, imposto este que será retido aos cofres municipais e descontado do valor líquido a ser pago ao fornecedor.
- 14.4.1** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. COM E MEIO AMBIENTE

02 – Departamento de Indústria e Comércio

22.661.0050.1016 – Construção e Ampliação da Área Industrial
3.4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

16. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1 A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

- a)** o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes.
- b)** os licitantes poderão impugnar o edital até o 2º (segundo) dia útil antecedente a data marcada para o recebimento dos envelopes.
- c)** os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos à Comissão de Licitação e deverão ser protocolados em via física, no Setor de Licitações, durante o horário de expediente.
- d)** não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/1993.

17.2 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

17.3 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, na forma do item 4.3 desse edital, e os membros da Comissão Julgadora.

17.4 Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/1993).

17.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

17.6 Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

ITEM 01 – PROGRAMA PAVIMENTA

ANEXO I – PROJETO TÉCNICO I-A A I-D;

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO III – PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO IV CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO;

ANEXO V – COMPOSIÇÃO BDI E ENCARGOS SOCIAIS;

ANEXO VI – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ANEXO VII- CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS SINAPI

ITEM 02 – COMPLEMENTO

ANEXO I – PROJETO TÉCNICO I-A;

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO III – PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO IV CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO;
ANEXO V – COMPOSIÇÃO BDI E ENCARGOS SOCIAIS;
ANEXO VI – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
ANEXO VII- CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS SINAPI

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO;
ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL;
ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO;
ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO ;
ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO;
ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE PRAZO RECURSAL
ANEXO XV - MODELO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO XVI - MODELO DE PROPOSTA

17.7 Informações serão prestadas aos interessados no horário das 07h30min às 11h30min na parte da manhã e das 13h às 17h na parte da tarde, na Prefeitura Municipal de Vila Flores, na Secretaria Municipal de Administração, na Rua Fabiano Ferretto, nº 200, Centro, ou pelo fone nº (54) 3447-1313 ou 1300.

Vila Flores, 29 de junho de 2022.

EVANDRO ANTÔNIO BRANDALISE
Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Procuradoria Jurídica.
Em ___/___/___

Denise Arisi
OAB/RS 63.385
Procuradora Jurídica

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO
- EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL -

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE VILA FLORES, entidade de direito público interno, CNPJ nº 91.566.869/0001-53, sito à Rua Fabiano Ferretto, 200, Vila Flores/RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Antônio Brandalise, e

CONTRATADA:

XXX, CNPJ nº xxx, localizada na Rua xxx, CEP xxx, representada neste ato por xxx.

OBJETO e FUNDAMENTO:

O presente contrato disciplina a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, RELATIVO AO PROGRAMA PAVIMENTA**, oriundo do processo de Licitação nº 147/2022, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 021/2022**, regido pela Lei 8.666/93, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

I - PREÇO: A CONTRATADA se obriga, na forma estabelecida no Edital, e nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, cujas condições integram o presente contrato para execução da obra de pavimentação do Distrito Industrial item 01 e 02 (contemplando materiais e mão de obra), conforme descrições, especificações e condições expressas nos Anexos do Edital, a ser entregue para o item 01 no prazo de até 120 (noventa) dias a contar da Ordem de Início de Obra, no valor de R\$ xxx de materiais e R\$ xxx de mão de obra, totalizando R\$ xxx. E o item 02 no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Ordem de Início de Obra, no valor de R\$ xxx de materiais e R\$ xxx de mão de obra, totalizando R\$ xxx.

II- FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada após a(s) vistoria(s) do Responsável Técnico do Município, que emitirá LAUDO constando a entrega e a execução do objeto, e mediante a emissão de NOTA FISCAL do material e/ou do serviço executado, em etapas conforme previsto no Cronograma de Execução Físico-Financeiro e repasse de valores oriundos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

§ 2º Em anexo a cada Nota Fiscal de Fatura, a **CONTRATADA** deverá juntar cópia dos seguintes documentos:

- a) Cópia completa da GFIP (Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) da empresa prestadora de serviços, com indicação dos trabalhadores que prestaram serviços à Administração Pública relacionados por obra trabalhada;
- b) Cópia das guias de pagamento das contribuições previdenciárias (INSS) e de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) referentes aos meses das prestações de serviços;
- c) Certidões de negativa e de regularidade (FGTS e INSS).

§ 3º A última parcela fica condicionada à entrega da CND (Certidão Negativa de Débito) demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais com INSS da obra e das Certidões de negativa e de regularidade do FGTS e INSS.

d) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável conforme Decreto Municipal nº 6005/2022, IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Anexo I – Tabela de atividades e alíquotas e Anexo II – Hipóteses de isenção.

e) Quando da apresentação da nota fiscal deverá ser destacada a retenção do Imposto de Renda, nas alíquotas definidas por tipo de atividade, conforme tabela anexa à Instrução Normativa, imposto este que será retido aos cofres municipais e descontado do valor líquido a ser pago ao fornecedor.

e.1) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

III – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: O preço ajustado no Contrato poderá ser alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, ou no caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, respeitando-se os limites previstos em Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - ENTREGA DO OBJETO E GARANTIA

I – ENTREGA DO OBJETO: A CONTRATADA entregará o objeto do item 01 no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da Ordem de Início de Obra e do item 02 no prazo de até 60 (sessenta), **devendo observar os respectivos cronogramas físico-financeiros de execução.**

II – GARANTIA: A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme o disposto na Lei Nº 10.406, de 10/01/2002, Art. 618, do CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO e/ou conforme previsão legal.

Parágrafo Único: a Contratada deverá ainda prestar manutenção do objeto, durante o período de garantia.

c) Quando da entrega da obra, o Município emitirá Termo de Recebimento Provisório, dispondo do prazo de até 60 (sessenta) dias para verificação da conformidade desta com as disposições constantes deste edital.

d) Após a verificação e consequente aprovação, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PROPOSTA

O preço apresentado é o da proposta, sem reajustamentos.

Parágrafo Único: Ao valor do item devem estar inclusos todos os encargos, inclusive trabalhistas.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correm por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. COM E MEIO AMBIENTE

02 – Departamento de Indústria e Comércio

22.661.0050.1016 – Construção e Ampliação da Área Industrial

3.4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA QUINTA - FATOS IMPEDITIVOS

Ocorrentes motivos de caso fortuito ou de força maior impeditivos da entrega do objeto, deverá a Contratada comunicar por escrito ao Contratante.

Parágrafo Único: Na ocorrência da hipótese acima, ao CONTRATANTE fica assegurado o direito de

chamar novo fornecedor, respeitadas as condições da licitação.

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

I- UNILATERALMENTE: determinado por ato unilateral e escrito da Administração, quando prevalecer o interesse público, sem direito a ressarcimento de prejuízos futuros ao ato da rescisão;

II- AMIGAVELMENTE: por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III- JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

IV- Quando ocorrer qualquer das situações previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

§ 1º A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, os casos do art. 78, inciso 1 a XI, fica estabelecido multa, em favor do CONTRATANTE, de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 2º O contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, na forma do art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, sem que assista a contratada qualquer indenização, ressalvada aquela prevista no parágrafo único art. 59.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do CONTRATANTE:

a) fiscalizar e acompanhar a obra do objeto licitado;

a.1) A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

a.2) Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços.

São obrigações da CONTRATADA:

a) O serviço e/ou obra deverá ter seu início contado a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO emitida pelo Município.

b) A contratada, quando receber a ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO emitida pela Município deverá:

b.1) Apresentar a ART de execução da obra.

b.2) A contratada será responsável pela matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como pela devida anotação da responsabilidade técnica – ART de execução junto ao respectivo conselho profissional.

b.3) Os custos oriundos do início da obra pela empresa contratada, e apresentação da ART de execução, serão de responsabilidade da mesma.

c) A fiscalização por parte da Contratante no local da obra não diminuirá a responsabilidade da empresa contratada em qualquer ocorrência, atos, erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionados.

d) Obedecer a todos os detalhes construtivos constantes do Memorial Descritivo, Projeto e demais anexos ao processo licitatório.

e) Possuir o equipamento, o material e o ferramental necessário à execução da obra.

f) Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

g) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

- h) Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.
- i) Responsabilizar-se por qualquer dano que possa ocorrer durante a execução da obra, bem como dos custos de reparação.
- j) Efetuar, antes da entrega da obra, o recolhimento da sobra de material e limpeza do local.
- k) Entregar o objeto em perfeito estado de funcionamento.
- l) Responder, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme o disposto na Lei Nº 10.406, de 10/01/2002, Art. 618, do CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO e/ou conforme previsão legal.
- m) Prestar manutenção do objeto, durante o período de garantia.
- n) Arcar com todas e quaisquer despesas de transporte até o canteiro de obras.
- o) A obra deverá ser executada conforme o projeto, caso contrário, não será fornecido laudo pelo Setor de Engenharia/ Assessoria Técnica do Município e conseqüentemente, não será efetuado o pagamento da mesma.
- p) Manter atualizados, durante o período de vigência do contrato, telefone, fax, e-mail e endereço, devendo ser comunicado a Secretaria Municipal de Administração- Setor de Licitações, qualquer mudança que, porventura, venha a ocorrer.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a Contratada para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Nona, alínea *d*, deste Contrato.

I - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

II - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação.

III - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o presente contrato no prazo de 05 (cinco) dias da homologação da licitação, sujeitará o mesmo a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

a) Multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início da obra ou na execução de etapa, limitada a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

b) Multa de 8 % (oito por cento) no caso de constatado defeito, resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo do dever de reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, tal defeito;

c) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

d) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

e) Identificados documentos ou informações falsas na instrução do procedimento licitatório será aplicada a pena de declaração de inidoneidade pelo prazo de 02 (dois) anos.

f) As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESSÃO E SUBSTABELECIMENTO DE DIREITOS

Não é permitida a cessão do presente contrato, parcial ou total, sob pena de rescisão e aplicação das sanções legalmente previstas, além daquelas constantes na cláusula sexta, supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MANUTENÇÃO DO CONTRATO

A contratada se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições e requisitos atinentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo.

Parágrafo Único – A Fiscalização de que trata o Caput deste artigo não isenta a Contratada das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO

O contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93, e alterações, sem prejuízo das demais legislações pertinentes e ao Edital de Tomada de Preços nº 021/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Veranópolis, para dirimir litígios decorrentes da presente avença, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, após lido e achado conforme.

Vila Flores, xx de xxxx de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL
(Contratada)

PREFEITO MUNICIPAL
Município de Vila Flores

Testemunhas

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

Visto:

Adv. Denise Arisi
OAB/RS 63.385
Procuradora Jurídica

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DO PRAZO DE RECURSO (MODELO)

Tomada de Preços nº: 021/2022
Processo de Licitação nº: 147/2022

A Empresa, CNPJ nº, sediada (endereço completo), declara e torna público que renuncia ao prazo recursal relativo à fase de habilitação, previsto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e alterações, relativo ao Edital de Tomada de Preços nº 021/2022.

Vila Flores, de xx de xxx de 2022.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

Observação: A presente declaração é de caráter facultativo, visando somente agilizar os trâmites licitatório

ANEXO X

DECLARAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO (MODELO)

A empresa....., CNPJ nº, sediada (endereço completo), referente à Tomada de Preços nº 021/2022, DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO (MODELO)

A empresa....., CNPJ nº, sediada (endereço completo), referente à Tomada de Preços nº 021/2022, DECLARA que possui conhecimento de todas as informações do Edital e anexos e condições do local para cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

ANEXO XII

DECLARAÇÃO (MODELO)

A empresa....., CNPJ nº, sediada (endereço completo), referente à Tomada de Preços nº 021/2022, DECLARA que disponibiliza máquinas e equipamentos, assim como de pessoal técnico apto à execução da obra ou serviço de engenharia.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (MODELO)

(Nome da empresa), CN PJ
n.º, sediada.....(endereço completo), de-
clara, sob as penas da lei, declara que pretende utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei
Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, de que se enquadra como microempresa, empresa
de pequeno porte ou MEI.

Local e data.

Assinatura do representante Legal
Carimbo do CNPJ

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE PRAZO RECURSAL (MODELO)

A empresa _____ estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e ciente do prazo recursal relativo à fase de habilitação (art. 109, inciso I, alínea “A” da Lei Federal nº 8.666/93), se considerada devidamente Habilitada, vem por meio de seu representante legal, recusá-lo para fins de procedimento licitatório.

Local e data.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

ANEXO XV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, através do presente, credencia o(a) Sr(a) _____, portador do CPF ou RG nº _____ a participar da licitação instaurada pelo Município de Vila Flores, na modalidade de Tomada de Preços, sob o nº 027/2021, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

**ANEXO XVI
MODELO DE PROPOSTA**

EMPRESA:				
CNPJ:			e-mail	
ENDEREÇO:			MUNICÍPIO:	
FONE/FAX:				
Item	Descrição	V. Total material R\$	V. Total mão de obra R\$	Valor Total R\$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, RELATIVO AO PROGRAMA PAVIMENTA, conforme especificações do projeto técnico (anexo I-A a I-D), Memorial descritivo Drenagem e Memorial Descritivo Pavimentação (anexo II), Planilha quantitativa e orçamentária (anexo III), cronograma físico financeiro (anexo IV), quadro de composição BDI e encargos sociais (anexo V).			
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – LOTEAMENTO INDUSTRIAL (MATERIAIS E MÃO DE OBRA), COMPLEMENTO DA RUA “A”, conforme especificações do projeto técnico (anexo I-A), Memorial descritivo (anexo II), Planilha quantitativa e orçamentária (anexo III), cronograma físico financeiro (anexo IV), quadro de composição BDI e encargos sociais (anexo V).			
				Valor Total: R\$

**Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data prevista para a abertura.
Garantia dos serviços mínima de 05 (cinco) anos.**

, ____ de ____ de 2022.

Assinatura